

A NOÇÃO DE APERCEPÇÃO NA FILOSOFIA DE KANT

Andrei Zanon¹
Eli Carlos Dal'Pupo²

RESUMO: A partir da revolução copernicana, Immanuel Kant propõe uma nova epistemologia, fundada sobre Sujeito Transcendental. Segundo o autor, o conhecimento só é possível pela mediação da sensibilidade e do entendimento, confirmando assim a física newtoniana. O Sujeito Transcendental é o verdadeiro sujeito do conhecimento: nele ocorre a representação da realidade, dos fenômenos, o que é possível conhecer. O Sujeito apreende os fenômenos, construindo a partir deles as representações. Os juízos a priori, confrontados pela percepção, formam as representações expressas nos juízos a posteriori. O Sujeito toma consciência de sua própria existência e das coisas existentes no mundo pelas suas representações.

Palavras-chave: Kant, “Eu penso”, percepção, juízo *a priori*, juízo *a posteriori*.

RESUMO: A partir dalla rivoluzione copernicana, Immanuel Kant propone una nuova epistemologia, fondata sul Soggetto Transcendentale. Secondo l'autore, la conoscenza è possibile soltanto tramite la mediazione della sensibilità e dell'intendimento, confermando in questo modo la fisica newtoniana. Il Soggetto Transcendentale è il vero soggetto della conoscenza: in lui occorre la rappresentazione della realtà, dei fenomeni, ciò che si può conoscere. Il Soggetto apprende i fenomeni, costruendo a partire da essi le rappresentazioni. I giudizi a priori, confrontati dalla percezione, formano le rappresentazioni espresse nei giudizi a posteriori. Il Soggetto prende coscienza della sua propria esistenza e delle cose esistenti nel mondo, attraverso le sue rappresentazioni.

Parole chiave: Kant, “Io penso”, percezione, giudizio *a priori*, giudizio *a posteriori*.

¹ Bacharel em filosofia pela Faculdade Vicentina (FAVI) Curitiba-Brasil. Bacharel Eclesiástico em Teologia pela Pontifícia Universidade Xaveriana (P.U.J) Bogotá-Colômbia. E-mail: azanon@javeriana.edu.co

² Graduado em Filosofia, Especialista em Ética e Mestre em Filosofia das Ciências Humanas. Professor na Faculdade da Indústria.

INTRODUÇÃO

Tendo surgido na filosofia moderna um defensor e um investigador das capacidades intelectuais humanas, Immanuel Kant representa um marco histórico no pensamento ocidental. São muitas suas contribuições, não apenas por terem elas caracterizado uma época do pensamento ocidental, determinando as ideias nela presentes, como também por suas afirmações terem-se tornado um desafio para os pensadores posteriores, proporcionando um contexto favorável para novos desenvolvimentos de ideias e teorias. Sendo assim, seu pensamento continua sendo fundamental para os interessados na filosofia atual, envolvendo o estudo da antropologia, da epistemologia, da ética, da política da estética, entre outros.

Neste artigo, partindo das condições existentes no Sujeito Transcendental, procuramos aprofundar a crítica kantiana sobre a psicologia racional, a qual nos conduz a paralogismos pelo fato de seus conceitos não aplicarem-se a dados sensíveis. Em consequência, também a metafísica é negada e assim, negam-se todas as suas entidades, como substância, o que leva à negação do Eu pensante cartesiano. Contudo, resta um problema, que precisa ser considerado, a consciência que se tem de si mesmo. Sempre que se realiza um juízo, tem-se consciência de si como “realizador” do juízo. Se se afirma que A é B, isto pode ser traduzido como: “Eu penso A e Eu penso B e penso a identidade de A com B”. Essa autoconsciência, que acompanha todo juízo, existe e é constatável no próprio ato do juízo, mas não se pode afirmar sua substancialidade, do que advém a teoria da apercepção do “Eu lógico”, algo que nem é intuição, nem conceito. Este é o objeto geral da pesquisa e que é tratado especificamente neste artigo.

1. O SUJEITO TRANSCENDENTAL

Inicialmente, é importante aclarar y apresentar brevemente as principais funções componentes do sistema do Sujeito Transcendental, exposto na obra *Crítica da Razão Pura* (CRP) e, desse modo, abordar as funções da sensibilidade, do entendimento juntamente com a imaginação, que são essenciais aos juízos determinantes. Como se sabe, a partir da Revolução Copernicana, Kant edificou uma nova concepção do processo cognitivo.

A Revolução Copernicana foi a mudança no método na investigação do conhecimento, onde se mudou a maneira de ver, pensar o conhecimento; nesta perspectiva a atenção é voltada sobre o sujeito, não mais sobre o objeto como antes; agora as condições do conhecimento encontram-se no sujeito, passando a ser um conjunto de faculdades, que permite o conhecimento. O Sujeito Transcendental é responsável pelo conhecimento, planejamento, formado de juízos, relações entre conceitos.

Kant supôs que não é a nossa intuição³ sensível que se regula pela natureza dos objetos, mas que são os objetos que se regulam pela natureza de nossa faculdade intuitiva. Podemos dizer que a verdadeira motivação de Kant foi entender como era possível saber algo *a priori* a respeito dos objetos.

Para chegarmos ao conhecimento precisamos de condições *a priori* cujo sistema de funções Kant designou Sujeito Transcendental, descrito na CRP. O resultado disso implica na representação fenomênica, que é o que se apresenta à minha consciência, ou seja, o mundo cognoscível pelos sentidos. Como este é um processo mecânico, não consciente, o mundo fenomênico nos é dado como se fosse uma realidade externa. Com a revolução metódica operada por Kant, o sujeito passa a construir e organizar a realidade externa, as representações fenomênicas.

Na sensibilidade, encontramos duas formas fundamentais, responsáveis pela estrutura do espaço e do tempo. A forma *a priori* do espaço nos permite representações tridimensionais e a forma *a priori* do tempo não permite representações duráveis. O tempo é a condição, pela qual as coisas se dão a nós, não sendo um conceito, mas apenas uma condição da percepção. Portanto, a sensibilidade vai conter as formas *a priori*, que torna possível a intuição⁴ sensível.

³ A doutrina da intuição kantiana deve ser situada no âmbito da agenda estabelecida por Aristóteles. Ele permaneceu coerente com a tradição aristotélica a respeito do caráter direto não mediato da intuição, mas estabeleceu sua própria variante da mesma, a qual recusou a oposição do conhecimento direto entre os *noeta* dos racionalistas e os *aistheta* dos empiristas. Embora Kant situe a intuição ao nível da sensibilidade ou *aisthesis* na Estética Transcendental (CAYGILL, 2000, p.201).

⁴ A doutrina da intuição kantiana deve ser situada no âmbito da agenda estabelecida por Aristóteles. Ele permaneceu coerente com a tradição aristotélica a respeito do caráter direto não mediato da intuição, mas estabeleceu sua própria variante da mesma, a qual recusou a oposição do conhecimento direto entre os *noeta* dos racionalistas e os *aistheta* dos empiristas. Embora Kant situe a intuição ao nível da sensibilidade ou *aisthesis* na Estética Transcendental (CAYGILL, 2000, p.201).

Ao que corresponde à sensação é dado o nome de *matéria*, possibilitando que o fenômeno possa ser ordenado por relações, sendo esta, a *forma* do fenômeno. A matéria dos fenômenos nos é dada somente *a posteriori*, mas a sua forma deve encontrar-se *a priori* no espírito, pronta a aplicar-se, e deve ser considerada independente da sensação. O espaço é a condição de possibilidade dos fenômenos, sendo deduzido porque não é possível pensar objeto algum fora do espaço, então ele só pode ser dado *a priori*, sendo anterior a qualquer experiência. “O espaço é uma representação necessária *a priori*, pois eu posso pensar o espaço sem objetos, mas não posso pensar o espaço como inexistente” (DREHER, 1960, p.32).

O tempo é a forma pura da intuição sensível porque tem que estar subjacente *a priori* para que a sucessão de algo seja dada à percepção. O tempo é a condição de possibilidade para que algo seja intuído num mesmo tempo ou em tempos diferentes. É uma condição sem a qual não seria possível pensar os fenômenos em sua relação de causa e efeito, simultaneidade e sucessividade. Não podemos suprimi-lo em relação aos fenômenos em geral, embora se possam abstrair os fenômenos do tempo. “O tempo é, pois, dado *a priori*. Somente nele é possível toda a realidade dos fenômenos” (KANT, 1997, p.71). O tempo tem apenas uma dimensão, sendo que os tempos diferentes não são simultâneos, mas sucessivos.

Articulando as funções das faculdades da Sensibilidade e do Entendimento Kant delimita o que o homem pode conhecer. Da sensibilidade procedem os dados sensíveis que, para poder serem pensados, necessitam dos conceitos do entendimento. Ao todo foram estabelecidas doze categorias componentes da estrutura funcional do entendimento, firmadas a partir de uma tábua de juízos onde Kant elencou todas as possibilidades das formas de pensar. Esta faculdade fornece os conceitos que, estando em relação com os dados da sensibilidade, constituem as representações empíricas.

O entendimento só poderá fazer o uso dos conceitos por intermédio dos juízos. Um conceito nunca se refere imediatamente ao objeto, mas a qualquer outra representação. Em cada juízo, vai estar contido um conceito válido para diversos conceitos, compreendendo uma dada representação imediatamente referente ao objeto. “Os conceitos, porém, referem-se, enquanto predicados de juízos possíveis, à qualquer representação de um objeto *ainda* indeterminado” (KANT, 1997, p.103).

O conhecimento exige dois elementos, sendo o primeiro o conceito, no qual o objeto é pensado, e em segundo lugar, a intuição, pela qual é dado. Se o

conceito não pudesse ser dado a uma intuição correspondente, seria um pensamento, ou uma forma sem objeto, e por seu intermédio, não seria possível o conhecimento de qualquer coisa. Os conceitos puros do entendimento se relacionam pelo simples entendimento com os objetos da intuição em geral, dando-nos simples formas de pensamento, onde não conhecemos ainda nenhum objeto determinado.

Se o entendimento é definido como a faculdade de regras, a faculdade de julgar seria a capacidade de subsumir a regras, sendo isto, discernir se algo se encontra subordinado a tal regra ou não. O entendimento é sem dúvida instruído por regras, onde a faculdade de julgar é um talento especial, não podendo de maneira alguma ser ensinado, mas apenas exercido. Os conceitos puros do entendimento, comparando com as intuições empíricas, são completamente heterogêneos e nunca podem se encontrar em qualquer intuição.

O conceito do entendimento contém a unidade sintética pura do diverso em geral. O tempo, como condição formal do diverso do sentido interno, e, portanto, da ligação de todas as representações, contém um diverso *a priori* na intuição pura. Uma determinação transcendental do tempo é homogênea à categoria (...) na medida em que é *universal* e assenta sobre uma regra *a priori* (KANT, 1997, p.182).

Por outro lado, a imagem é um produto da faculdade empírica da imaginação produtiva e que o esquema de conceitos sensíveis "...é um produto e, de certo modo, um monograma da imaginação pura *a priori*, pelo qual o qual são possíveis as imagens, estas, têm de estar sempre ligadas aos conceitos, unicamente por intermédio do esquema que elas designam" (KANT, 1997, p.184). O esquema de um conceito puro do entendimento não pode reduzir-se a qualquer imagem, pois é apenas uma síntese pura, feito de acordo a regra da unidade, segundo conceitos em geral.

O apresentado até o momento mostra que a analítica transcendental alcançou o resultado de mostrar que o entendimento nunca pode conceder mais da forma de uma experiência possível em geral, pois nunca poderá ultrapassar os limites da sensibilidade. O entendimento dá os conceitos aos quais são subsumidos os dados da intuição. Sem o entendimento, nenhum objeto seria pensado, sua função é complementar à da sensibilidade. É o que nos diz Kant: *Intuições sem conceitos são cegas, conceitos sem matéria são vazios*

(PASCAL, 2008, pp. 60-72). O entendimento não pode intuir nada, nem os sentidos pensar seja o que for. Só da sua união pode sair o conhecimento. Como já comentado, o uso dos conceitos se dá nos juízos, tema que passamos a abordar. O juízo pode ser considerado uma representação dada, ou como uma faculdade de *determinar* por meio de um conceito. O juízo determinante possui o conceito e, a partir dele, busca o dado da experiência de forma a subsumi-lo. Todo este processo se dá de modo espontâneo como uma realidade que se apresenta a nós.

Na filosofia crítica (CAYGILL, 2000, p.205) este juízo é dedicado a determinar os limites de juízos legítimos em cada um dos campos, fazendo-os mediante uma estratégia dual mas complementar. Todos os juízos têm a função de unidade entre as nossas representações.

O juízo em sua reflexão pode ser ao mesmo tempo determinante em seu esquematismo transcendental, servindo-lhe ao mesmo tempo de regra, sob a qual são subsumidas as intuições empíricas dadas. Portanto, o juízo determinante é um processo entre o objeto particular e o conceito, enquanto o reflexionante é de forma mais técnico.

O esquematismo (CAYGILL, 2000, p.186) é a obra da imaginação transcendental que não tem por objetivo nenhuma intuição singular, enquanto a imagem distinta é produto da imaginação empírica. A geração de imagens por imaginação empírica, a partir do múltiplo da intuição, é central para a explicação da síntese na dedução da primeira edição da CRP, onde se refere a imaginação sendo uma faculdade ativa para a síntese do múltiplo, vendo sua ação como a formação de uma imagem através de sínteses de apreensão e reprodução.

Todo juízo determinante pode-se dizer que é lógico, pois o seu predicado é um conceito objetivo dado. O juízo, que não possui nenhum conceito para a intuição dada, mantém - juntos a imaginação e os dois percebem uma proporção de ambas as faculdades-de-conhecimento, que constitui em geral a condição subjetiva, meramente sensível, do uso objetivo do juízo. Para o juízo exercer o seu trabalho ele necessita da imaginação, juntamente com o esquematismo.

O juízo deve ser examinado não só como meio para exprimir uma relação entre determinado S e determinado P, mas para determinar S:P em certa perspectiva formal. O juízo estabelece a subsunção, estando interligado com a sensibilidade e com o entendimento. O juízo determinante tem a função de encontrar o conceito adequado para o objeto correspondente.

O entendimento só pode fazer uso empírico, mas nunca transcendental de seus princípios, sendo uso transcendental Ed um conceito ou princípio o que se refere a uma <<coisa em si>>, e uso empírico o que se refere a fenômenos, isto é, a objetos de uma experiência possível (DREHER, 1960, p.41).

Para o entendimento, o conteúdo do conhecimento é indeterminado e determinável; para o juízo, é determinado e exprimível; para a razão, é necessário como é desvendável. O entendimento, juntamente com a faculdade da sensibilidade, e com a mediação da imaginação transcendental, realizam a subsunção dos dados sensíveis aos conceitos correspondente. O resultado obtido é a constituição da realidade fenomênica, que é o mundo que percebemos. Todo o processo ocorre de forma espontânea, ou mecânica, como diz Kant. Contudo, o desenvolvimento das representações ultrapassa o limite da experiência. Estas são condições existentes no Sujeito Transcendental.

2. A NEGAÇÃO DA METAFÍSICA E A IMPOSSIBILIDADE DE SEU CONHECIMENTO

Tendo em conta as condições do Sujeito Transcendental, podemos agora ressaltar a discussão que se tinha sobre o conhecimento humano havendo um impasse entre racionalistas e empiristas. Os racionalistas acreditavam que o homem poderia chegar, pelos procedimentos da razão, as verdades de valor absoluto. Essas verdades são o suporte de todo o conhecimento válido. No racionalismo o conhecimento *a priori* é a ponte, que ultrapassa a experiência, ou seja, ultrapassa a dimensão ocultante, levando para a realidade externa.

Os empiristas negavam a existência do conhecimento *a priori*, ou inato. Para estes, o que existe de real é o mundo dos fatos, os fenômenos. Os fatos são o suporte e o limite de todo o conhecimento e a partir deles se elaboram verdades gerais, objetivas, científicas. O conhecimento só pode brotar da experiência sensível. A razão tem que ler o mundo como ele é. Os empiristas negam que se possa colher aquilo, que os racionalistas chamam de essência do fenômeno.

Kant, em sua filosofia, tem como problema específico resolver o problema da correspondência das nossas representações com a realidade externa. Kant propõe uma “mediação” afirmando que o conhecimento encontra na experiência o seu conteúdo, mas não a sua forma, sendo que esta é anterior à experiência e procede das capacidades intelectivas do Sujeito Transcendental.

O conhecimento só é possível havendo conformidade com as faculdades da sensibilidade e do entendimento e, sendo assim, a articulação entre intuições e categorias, determinando os fenômenos e, por isso foi reconhecida, que apenas a ciência natural dos corpos, como a física newtoniana, é válida.

Podemos destacar a crítica feita por Kant à metafísica (LAURO, 2006, p.03) quanto ao uso dos conceitos puros do entendimento, independente da experiência sensível, o qual fornece os conceitos às representações. Das objeções feitas por Kant às disciplinas metafísicas, a que nos interessa é a objeção à psicologia. Na psicologia racional está presente a ideia transcendental da “Unidade Absoluta do Eu Pensante”. Desde Descartes a psicologia racional acreditava poder desenvolver conhecimentos válidos e gerais sobre o seu objeto de estudo, sem fazer qualquer referência à experiência, mas apenas pelo uso intelectual dos conceitos puros do entendimento.

Dessa forma, todo o conhecimento era extraído da própria consciência do “Eu Penso”, sendo uma representação intelectual do “Eu”. Elevando-se para além da experiência, a psicologia admitia esta consciência como se fosse uma intuição do próprio sujeito e predicava-lhe as categorias do entendimento, afirmando conhecer este “Eu” como uma substância, idêntica, simples e una.

Aplicando as categorias ao conhecimento da alma, obteremos, segundo as categorias de relação (PASCAL, 2008, p.95) as proposições que determinam que a alma é uma substância pensante; aplicando as da qualidade, temos que a alma é simples; segundo as da quantidade, que a alma é una e idêntica, e, por fim, as da modalidade, que a existência da alma é mais certa que a do corpo. Lembramos que na psicologia transcendental a alma é considerada como sendo a essência,

Se dissermos que a alma é uma substância, significa entrar em acordo com a forma cartesiana de caracterização do “Eu”, é justamente isso que queremos superar. Para Descartes o “Eu” é uma substância que é pensamento. Kant, por sua vez, toma o “Eu” diferentemente. Além disso, ele conclui que a alma, segundo sua qualidade, é simples porque é incorruptível e que é por ser uma substância intelectual, que podemos dizer que ela tem personalidade e que essas três características reunidas (substancialidade, simplicidade e personalidade) lhe conferem espiritualidade. Essa última característica é alcançada através do olhar do “Eu” sobre si; um olhar que produz resultados muito diferentes daquele que considera uma intuição empírica.

Desta maneira, Kant estrutura os quatro paralogismos⁵

...o da substancialidade da alma, o da simplicidade, o da personalidade, e o da idealidade, ou da relação exterior. Destes conceitos decorrem outros como imaterialidade, incorruptibilidade, espiritualidade, comércio com os corpos, princípio da vida na matéria, animalidade e imortalidade. Estes paralogismos são sofismas <<figurae dictionis>>, porque as categorias que se predicam da alma ora são empregadas em sentido transcendental, ora em sentido empírico. (DREHER, 1960, p.45).

Regina da Silva apresenta em sua tese que, o paralogismo (SILVA, 2007, p.29) consiste em tomar o sujeito em sentidos diferentes na premissa maior e na menor. Na maior o ser pensante é considerado em geral e, por conseguinte, tal como poderia ser dado na intuição. Na menor, ao contrário, trata-se unicamente do ser pensante enquanto tem consciência de pensar, do “Eu penso” que acompanha todas as minhas representações, e neste sentido não pode, de maneira alguma, ser objeto de intuição. A categoria de substância, portanto, não pode aplicar-se a ele. Sendo assim o sujeito é apenas sujeito, e jamais um objeto; o pensamento se define por um ato, e não por propriedades. O erro da psicologia racional, então, consistiria em um equívoco sobre o sujeito; uma confusão do sentido lógico do termo com seu sentido extra-lógico. Kant afirma que o “Eu” é sempre algo do qual as coisas são predicadas, e não pode nunca ser predicado de nada mais. Então é verdade que o “Eu” deve sempre ser reconhecido como sujeito de pensamento.

Através de um paralogismo podemos passar de proposição analítica para sintética, tais como são as conclusões da psicologia racional. Esse paralogismo é citado por Georges Pascal da seguinte maneira,

O que não pode ser concebido senão como sujeito, também não existe senão com sujeito e, portanto, é substância; ora, um ser pensante, considerado simplesmente como tal, não pode ser concebido senão como sujeito. Logo, também não existe senão como sujeito, isso é, como substância (2008, p.95)

⁵ A partir de Aristóteles o termo Paralogismo é usado para indicar um silogismo ou qualquer argumentação formalmente falso. Em Kant na CRP designa a falsa argumentação da psicologia racional, que se ilude achando que pode do simples “eu penso” determinações materiais, mas *a priori*, do conceito de “alma” (ABBAGNANO, 1998, p.743).

Kant ao analisar os paralogismos⁶ da razão pura, as dificuldades levantadas pelas noções do “Eu penso”, presentes na Dialética Transcendental, fazem perceber que existe diferenças com relação ao “Eu penso” cartesiano, havendo assim verdadeiras rupturas de Kant com a metafísica tradicional, dado que Kant jamais abandona a metafísica. Kant é um metafísico mesmo que a metafísica não possa constituir como objeto de conhecimento, e percebemos isso nos paralogismos da alma, ou do “Eu”, sendo que Kant não nega o conceito de alma, mas nega que ela possa ser um sujeito absoluto, que se possa conhecer como uma coisa em si.

A razão nos impõe uma tendência a ir além da experiência, o que nos remete constantemente ao conhecimento metafísico, mas a ausência de dados da intuição como suporte das ideias da razão, provoca a inutilidade desse pretensão conhecimento que não passa de confusão, pois, são paralogismos, antinomias e ilusões.

O paralogismo aborda unicamente o ser pensante, enquanto tem consciência de pensar, o “Eu penso”, que acompanha todas as minhas representações e, neste sentido, não pode, de maneira alguma, ser objeto de intuição. A categoria de substância, portanto, não pode aplicar-se a ele.

Em todo o acto de pensamento, o nosso *eu* é o sujeito, ao qual os pensamentos só são inerentes na qualidade de determinações e este eu não pode ser empregado como a determinação de uma outra coisa. Cada qual deve, pois considerar-se ele próprio como uma substância e os seus pensamentos como simples acidentes da sua existência e determinações do seu estado (VANCOURT, 1986, p.73).

Os conhecimentos do “Eu”, postulados pela psicologia racional como sendo objetivo e verdadeiro, são apontados por Kant como sendo, na realidade, paralogismos, ou sofismas, resultados do uso equivocado e exagerado dos conceitos puros do entendimento. Afirmando, assim, que a representação do “Eu penso”, é considerada pela psicologia racional como um objeto real e existente por si. Mas é apenas uma função lógica, que possibilita pensar os objetos. Por definição, ela não pode apoiar-se em nenhuma experiência, isto é, em nenhuma determinação do sentido íntimo, e desta maneira:

⁶ Kant amplia o termo para definir um paralogismo *lógico*, o qual consiste na falsidade de um raciocínio quanto à forma, seja qual for o seu conteúdo, e um paralogismo *transcendental*, que é aquele que “tem um fundamento transcendental, induzindo-nos a estabelecer uma conclusão formalmente inválida (CAYGILL, 2000, p.150).

O menor objeto de percepção (...) que viesse juntar-se à representação geral da consciência de si mesmo logo transformaria a psicologia racional em psicologia empírica. O eu penso é pois único texto da psicologia empírica, a partir do qual ela deve desenvolver toda a sua sabedoria (PASCAL, 2008, p.95).

Através desta representação (LAURO, 2006, p.04) é expressa a necessidade lógica de uma unidade da consciência, que precisa acompanhar todas as representações que nos pertencem, ou seja, este “Eu” e um “Eu transcendental”, uma condição de conhecimento. Mas não podemos nos certificar quanto à sua natureza. Com estas críticas, Kant nega a cientificidade da psicologia racional, pois seu objeto de estudo não está contido nas condições de conhecimento possível. Enquanto disciplina pura da alma, a psicologia apenas nos conduz a conclusões falsas.

A Psicologia Racional parte do *eu penso* e o toma como um sujeito absoluto, é o eu (enquanto consciência de si) convertido em substância, que atuaria como fundamento do pensamento e do qual derivariam todos os fenômenos psíquicos internos, de forma que a Psicologia Racional se constituiria como a ciência da alma. Esta pretendia fazer-nos conhecer a natureza do sujeito. Sua origem se deve à razão, que atuando como faculdade dos princípios busca o incondicionado, ou seja, se lança na empreitada de encontrar para o conhecimento condicionado do entendimento, o perfeito, o pleno, com o que se completa a unidade do mesmo (cf. A345). Desta forma, a razão chega a conceitos puros da razão ou Idéias (cf. A348), que são conceitos aos quais não se pode dar um objeto congruente nos sentidos (cf. A359). Quando a razão serve-se da função do raciocínio categórico, chega necessariamente à noção da unidade absoluta do sujeito pensante (SILVA, 2007, p.10).

Nesta altura da psicologia racional, sabe-se que é a partir do “Eu penso” que se chaga à ideia de alma, como uma substância simples, podendo ter relação com os objetos possíveis no espaço, à qual figura como o princípio incondicionado, como essência última do sujeito. Devemos ainda sublinhar que a psicologia racional não pode apoiar-se na experiência, ou seja, em nenhuma determinação do sentido íntimo, pois, o menor objeto de percepção que se junta à representação geral da consciência de si mesmo, logo transformaria a psicologia racional em psicologia empírica.

Nos *Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza* (1786) Kant ressalta que da natureza, definida como totalidade de todos os fenômenos, podemos estabelecer

duas partes principais: A primeira contendo os objetos do sentido externo, e a segunda contendo o sentido interno. Desta divisão são possíveis ainda duas doutrinas: A doutrina dos corpos e a doutrina da alma, respectivamente. Entretanto, somente a primeira doutrina pode ser denominada de ciência empírica da natureza, pois suas leis sobre os corpos são concebidas *a priori*.

Na medida em que o homem é consciente de suas mudanças internas, e, exatamente por isso, do que ele é, se pressupõe o mesmo estável e permanente da apercepção, sem o qual não lhe seria possível representar-se como tendo mudado. Manfred Baum em seu artigo “*Eu lógico*” e “*Eu pessoal*” em Kant, nos mostra que Kant reconhece o homem (BAUM, 2003, p.10) como sendo um substrato permanente do representar, mas tão-somente ao fato de que o homem se *representa como um* e ao mesmo sujeito, tendo de se representar assim, se ele desejar se representar como tendo mudado.

A impossibilidade da psicologia⁷ é devida ao fato de seu objeto de estudo não estar totalmente de acordo com os princípios puros e *a priori*, que possibilitam o conhecimento, ou seja, a ausência de uma extensão espacial dos fenômenos internos e, conseqüentemente, a não conformidade com a aplicabilidade da matemática, da experimentação e da observação objetivas.

Kant negou a realização de uma análise objetiva dos fenômenos internos, pois, o sentido interno só pode ser conhecido por introspecção, a qual altera este estado. Além do mais, os fenômenos no tempo não se encontram distintos entre si, pois a síntese sucessiva apreende todos de uma mesma esfera.

Aqui cabe mostrar a crítica que Kant fez a Descartes, por não poder demonstrar que a alma, ou o “Eu”, é substancial. Sobre a substância transcendente, como poderíamos falar dela se não podemos conhecê-la? Ainda mais difícil, na sua suposição negativa, seria provar a sua existência. Sabendo que não podemos conhecer além das nossas capacidades transcendentais, falta-nos a capacidade de conhecer a substância. Como sabemos, o Sujeito Transcendental possui todas as condições para o conhecimento fenomênico, descartando todo e qualquer aspecto fenomênico, não poderíamos conhecer a alma, e não poderíamos provar sua existência.

⁷ Podemos observar que Kant abre espaço para se pensar um estudo psicológico do homem, afastando este estudo da vida mental, ou da tradição metafísica, ao abordar a natureza humana a partir de um ponto de vista empírico e ao discutir a funcionalidade do mesmo. A psicologia descritiva, para Kant, como um estudo histórico ou antropológico da natureza interna do homem, seria o único tipo de psicologia possível.

É no Sujeito que se dão os fenômenos, ou a representação da realidade, já que na concepção de Kant só conhecemos as representações. O “Eu” passa a ser a estrutura que conhece o mundo fenomênico, dependendo apenas de sua consciência de si, e não do pensamento substancial como acreditava Descartes. Tendo em conta todas essas considerações, fica mais fácil de compreender o que propriamente significa a apercepção, mas antes, precisamos relatar mais sobre seu processo.

3. O PROCESSO DA APERCEPÇÃO - “EU PENSO” –

Devemos esclarecer que Kant distinguiu entre dois sentidos de “Eu”, variando entre um “Eu” empírico e o “Eu” Transcendental, entre o psicológico e lógico. Essa dualidade do “Eu”, decorre da natureza da consciência de si. “O primeiro eu é o “eu psicológico”, que está subjacente em “todas as percepções e suas ligações, cuja apreensão (*apprehensio*) é o modo de o sujeito ser afetado”” (CAYGILL, 2000, p.132). Podemos considerar esse “Eu” como um objeto de intuição, podendo ser descrito por observações psicológicas e antropológicas.

No que diz respeito ao “Eu” transcendental, torna-se difícil a sua descrição, por não se tratar de um objeto de intuição. O “Eu penso” não pode ser um sujeito absoluto, ou um conceito, mas a relação dos fenômenos internos com o sujeito desconhecido dos mesmos. Apenas a intuição pode ser dada antes de qualquer pensamento, sendo que ela possui uma relação necessária com o “Eu penso” que deve, ou pode, acompanhar todas as representações.

...é uma proposição empírica e contém em si a proposição, eu existo... minha existência não é uma conclusão da proposição eu penso, como julgava Descartes, mas é idêntica com ela. Ela exprime uma intuição empírica indeterminada, i.é. uma percepção... Uma percepção indeterminada significa aqui só algo de real, que foi dado, e só para o pensamento, portanto, não como fenômeno, também não como uma coisa em si mesma (noumeno), mas como algo que de fato existe, e como tal é indicado na proposição, eu penso (DREHER, 1960, p.77).

Se quisermos converter esse “Eu” numa substância capaz de atuar como um fundamento no pensamento (CAYGILL, 2000, p.133) é cometer um paralogismo e aplicar a algo que não é uma aparência das categorias de substância, é causa que só são apropriadamente aplicáveis às aparências. O

“Eu transcendental”, do “Eu penso”, continua a ser central para a explicação kantiana da experiência, servindo como a única condição que acompanha todo o pensamento, não como objeto de uma possível experiência, mas como a única condição formal, a saber, a unidade lógica de todo o pensamento, no qual é abstraído de todo o objeto.

O filósofo descreve o “Eu transcendental” como um simples prefixo, como uma significação indeterminada, completamente vazia de conteúdo, da qual nem podemos dizer que seja um conceito, sendo apenas uma consciência, que acompanha todos os conceitos. Caygill afirma no Dicionário Kant, (2000, p.133) que Kant estava preparado para caracterizá-los em termos de analogias: numa oportunidade, sustentado que por esse “Eu”, ou aquilo que pensa nada mais se representa além de um Sujeito Transcendental dos pensamentos, enquanto numa outra, como o correlato universal da apercepção, e ele próprio meramente um pensamento.

Este pensador moderno, Kant, insiste, em que o “Eu” é uma expressão inteiramente vazia, não designando mais do que “...o pensamento de uma unidade absoluta, mas lógica, do sujeito (CRP A 356); não existe por si mesmo como substância, mas é simplesmente uma função lógica necessária que o acompanha” (CAYGILL, 2000, p.133). Kant insistiu em dizer que o caráter do “Eu” só pode ser conhecido, conhecendo sua analogia. O “Eu penso” deve acompanhar todas as nossas representações. Se a representação pode ser dada antes de todo pensamento, chama-se de intuição, e todo o múltiplo da intuição terá uma relação necessária com o “Eu penso”.

A proposição “*Eu penso*” não é uma experiência, nem uma condição de probabilidade de um conhecimento dos objetos, mas é a forma da apercepção, que pertence a toda experiência. Caygill descreve segundo o pensamento kantiano, onde acompanhando e precedendo a experiência num sentido formal, o “Eu” ou o “Eu penso” não pode ser considerado um sujeito nem um objeto da experiência, mas, apenas como seu veículo e necessário acompanhamento.

Kant afirma ainda que o “Eu penso” é “...o necessário veículo, forma, acompanhamento da experiência: para ter uma representação, é necessário acompanhá-la com “Eu penso” ou, não ocorrendo isso, então a representação “não pertenceria ao sujeito” (CAYGILL, 2000, p.134). Sabendo que o “Eu penso” é a relação dos fenômenos internos com o sujeito desconhecido dos mesmos, ao falar de um “Eu transcendental” estaremos falando de conteúdos vazios, decorrente de um pensamento de uma unidade absoluta e lógica do sujeito, não existindo por si mesmo como substâncias.

O “Eu penso” deve acompanhar todas as nossas representações. Ele está fora da lista dos conceitos transcendentais, mas é um veículo necessário para a experiência, para todo o nosso conhecimento.

4. PERCEPÇÃO E APERCEPÇÃO

O “Eu penso” deve acompanhar todas as minhas representações, se assim não o fosse, alguma coisa poderia ser representada em nós, que de maneira alguma se poderia pensar, o que faria parte de uma representação impossível. É a intuição que pode ser dada antes de qualquer pensamento, sendo assim, todo o diverso da intuição possui uma relação necessária com o “Eu penso”, em relação ao mesmo sujeito em que ele se encontra. A representação não pode ser pertencente à sensibilidade, portanto um ato da espontaneidade.

A percepção é a consciência empírica, que se dá pelas sensações. É aparência combinada com consciência, ou representação acompanhada de sensação, da qual estamos conscientes. As percepções são descritas como aquilo que é imediatamente representado, pela sensação, como no espaço e no tempo, bem como consciência empírica, ou uma consciência na qual a sensação será encontrada. Assim, podemos dizer que a experiência é um conhecimento dos objetos mediante percepções e, por consequência disso, não deverá ser nela representada a relação na existência do diverso. Caygill aponta que as percepções têm participação (2000, p.242) tanto na sensação, quanto na consciência, uma ambiguidade que assegura a possibilidade da experiência ao permitir, que a distinção entre consciência e sensibilidade seja observada e suspensa.

A experiência é um conhecimento empírico, isto é, um conhecimento, que determina um objeto mediante percepções. É pois, uma síntese das percepções, que não está contida na percepção, antes contém, numa consciência, a unidade sintética do seu diverso, unidade que constitui o essencial de um conhecimento dos *objetos* dos sentidos, isto é, da experiência (KANT, 1997, p.208).

Se as percepções fossem exclusivamente sensíveis, então não poderiam ser ordenadas pelas categorias; mas se fossem exclusivamente geradas pela consciência, nesse caso, não poderiam relacionar-se com objetos dos sentidos, encontrando-se também numa relação complexa com as formas de intuição,